

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO DE JURITI (PA): ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DE SÃO PEDRO

Isabela Andrade de CASTRO¹
João Santos NAHUM²

173

Resumo

Enfocamos os projetos de desenvolvimento rural implementados na Comunidade de São Pedro, no município de Juruti, oeste paraense, a partir da implantação da atividade mineradora neste local. Deveriam ser projetos de compensação propostos pela empresa com vistas a minimizar o impacto da mineração sobre o modo de vida local. Estratégia esta que desconsidera a especificidade do campesinato na Amazônia, tendendo por isso a limitações que vão além da atividade agrícola, pois confrontam um complexo modo de vida que tem se diversificado para continuar a existir.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, agricultura e comunidade.

DEVELOPMENT RURAL PROJECTS IN JURITI (PA): CASE STUDY OF SAN PEDRO COMMUNITY

Abstract

In this article we present a survey of the interference suffered by the community São Pedro in Juruti, west of Pará state, since the beginning of the installation of the mining activity in the town. At the beginning of the 21st. century installing Juruti project by ALCOA, triggered a series of local and regional transformations that linked the rise to global mining economy. Featuring the form of implementation of these projects are designed to analyze how development policies for rural areas in Brazil, which has always meant the peasantry as a synonym for delay, a living space to be developed through investments in agricultural projects. This strategy which, according to our research, ignores the specificity of the peasantry in the Amazon, thus tending to limitations that go beyond agriculture, because confronting a complex way of life that has diversified to continue to exist.

Keywords: rural development, agriculture and community.

INTRODUÇÃO

Desde a metade do século XX, a Amazônia, devido seus recursos naturais, tem se mostrado uma região potencialmente importante para reprodução do capital. Os interesses se voltam para construção de projetos minero-metalúrgicos, hidroelétricos, agrícolas, exploração madeireira, agroenergéticos, dentre outros, que prometem diminuir as desigualdades regionais e sociais, integrar, desenvolver e modernizar a região. Temos no estado do Pará grandes projetos de extração mineral que transformaram profundamente os lugares onde aportam, permitindo novas intervenções e relações entre o local e o global, que modificam não apenas a economia ligada diretamente à mineração, mas todo o contexto espacial local, como cidades e comunidades.

Verificamos isso no município de Juruti, no extremo oeste do estado do Pará, que desde 2004, vivencia as consequências decorrentes da exploração mineral em seu território,

¹ Discente egressa do PPGEIO e professora da rede pública de ensino. E-mail: isandcas@ig.com.br

² Docente da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPA. E-mail: prof.joanahum@gmail.com

por meio da instalação da mineradora ALCOA (Aluminium Company of America). A mineração neste lugar liga-se à economia global, fazendo com que espaços que viviam apenas o acontecer das dinâmicas locais, sofressem influência das pressões da economia. Dentre tais lugares uma comunidade chamada São Pedro.

Os discursos de desenvolvimento regional adentram ao espaço rural na condição de panaceia para os problemas decorrentes daquilo que os planejadores classificam de atraso em que vivem as populações rurais na Amazônia. Analisamos três projetos voltados para o desenvolvimento rural tendo como ponto de partida as experiências vividas pela comunidade de São Pedro, que recebeu maior notoriedade por estar na área de impacto do Projeto Mina Juruti, da Alcoa.

Mostramos como tais projetos des- envolvem o lugar, isto é, submetem seu modo de vida a uma lógica exógena. Para tanto, realizamos revisão bibliográfica afim de levantar discussões sobre transformações econômicas, espaço e mineração, contribuindo para o embasamento da análise da realidade percebida em campo. Em função da falta de informações disponíveis em instituições públicas (secretarias municipais, prefeitura, associações), no que se refere aos dados específicos sobre a comunidade pesquisada, coletamos dados primários, por meio de trabalhos de campo na comunidade São Pedro, para a realização de entrevistas e aplicação de formulários com representantes de todas as famílias da comunidade (aproximadamente 33), estas informações contribuíram para o conhecimento geral da dinâmica agrícola local.

A COMUNIDADE DE SÃO PEDRO

A comunidade de São Pedro se constituiu a partir da expansão dos movimentos das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) na década de 1960. Nesse período as estratégias de ocupação e consolidação dos interesses religiosos fortalecia a organização em comunidade. Nosso entrevistado de 92 anos ainda vivo, morador da comunidade, narra as investidas da construção do lugar que começaram em 1943.

Sua família de origem da comunidade do Lago Grande do Salé, moravam na comunidade de Santa Rosa, embora nosso narrador tivesse nascido na comunidade Santa Terezinha (lago das piranhas). Viveu parte no Café Torrado, onde ainda jovem começou a trabalhar, seguindo os costumes de sua família nas roças para fazer farinha. Sua família vivendo todo esse movimento de investidas em diferentes locais. Ele se deslocou para um

lugar que não tinha moradores e nenhum impeditivo fundiário. Procurou por terra boa para plantar e água (igarapé), onde o terreno não tivesse subidas e descidas.

Encontrou um lugar não tão distante da Comunidade de Café Torrado, construiu casa e começou a plantar. Sua roça tinha café, laranja, mandioca, goiaba, cupu, jerimum e melancia, seu terreno media 200 metros de frente com 1500 metros de fundo, na frente ficava o caminho que dava acesso a outras comunidades, pois somente em 1955 a estrada foi então aberta. Assim que chegou, sua vontade foi construir uma comunidade dentro desse terreno. Anos depois, com o apoio da igreja católica (CEBs), começou o processo de soldar as práticas que as famílias, que moravam perto dali tinham em comum. Devoto de São Pedro, nosso entrevistado desejou que assim fosse denominada a comunidade em 17 de abril de 1947, na ocasião da visita pastoral realizada pelo padre paroquiano Frei Mário, foi celebrada uma missa. Ante disso e até os dias de hoje existiu um lugar chamado “urina de porco” o que para alguns comunitários este foi a verdadeira origem da comunidade, como verificamos na fala deste comunitário:

A urina de porco era um lugar onde faziam roças, foi o primeiro lugar que chegou gente por aqui, ainda não existia essa comunidade, depois que o senhor Gregório chegou por lá para plantar e construir sua casa. A urina de porco era um lugar que dava roça boa, famílias até fizeram casa por lá, mas como dava muito porco do mato, não tinha condições de manter as roças boas, os porcos destruíam tudo, fuçavam comiam e não sobravam muita coisa, aí as famílias não quiseram mas ir pra lá, só algumas que ficaram, aí deram o nome de urina de porco, eles deixavam um mau cheiro esquisito de porco (Trabalho e campo, 2014).

As famílias que surgiam descendiam da sua, ou seja, seus filhos, filhas ao formarem outras se fixaram ali mesmo, pois o terreno era grande e assim que solicitavam este doavam para construírem suas casas, então a comunidade foi se configurando dessa maneira. Estes terrenos de doação medem 20 metros de frente por 40 metros de fundo.

São Pedro está localizada em Juruti no estado do Pará a 10 km da zona urbana. Para chegar até a comunidade utiliza-se o transporte terrestre, ônibus e caminhões fazem a ligação pela PA 257 que dura em média dez minutos. A rodovia asfaltada apresenta pista sinalizada construída no período de instalação da Mina de Juruti, pois é nesta que a mineradora usa como via de acesso entre porto e mina para suprimentos e mão de obra, antes disso a PA, apresentava ravinas, sucos e no período das chuvas fica perigoso trafega-la. Desde 1997 faz parte do Assentamento Soco I, onde é representado juridicamente pela APRAS - Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Soco I. É a primeira comunidade na margem da rodovia, seguida do Santo Hilário e Jabuti.

A construção da ferrovia para infraestrutura da mina que passa a 250 metros do núcleo comunitário, provocou diversas alterações tanto no meio natural como no social, alteração na qualidade da água dos igarapés, movimento de massa em nascentes, perturbação sonora, ruptura no território de trabalho (extrativismo vegetal e animal, território de roças e roçados e casas de farinha) foram algumas das consequências relacionadas apontadas pelos moradores. Isso gerou conflitos e a empresa foi pressionada a dialogar para criar mecanismo para amenizar. A matriz de compensação coletiva (MCC) foi uma das ações oriundas desses diálogos conduzidas pelo INCRA, APRAS e ALCOA. As ações propostas estão voltadas ao meio ambiente, produção agrícola, educação ambiental, trabalho e renda, georreferenciamento e manejo florestal com produção de artesanato.

Em 2013 a comunidade contava com 157 pessoas organizadas em 30 famílias, já em 2014 apresentou 250 pessoas organizadas em 33 famílias, algumas dessas famílias tem residência também na cidade de Juruti. A configuração da comunidade apresenta casas (de madeiras, de alvenaria e palha), uma escola de ensino fundamental com 254 alunos (alguns alunos são oriundos de outras comunidades), rede de distribuição de energia elétrica do programa luz para todos, igreja e barracão comunitário, microsistema de abastecimento de água encanada com poço artesiano, uma casa de farinha comunitária, um campo de futebol, roças de farinha que estão ligadas a renda das famílias o que atualmente a produção varia entre 10 a 15 sacos de farinha por semana. Outros tipos de renda provem de aposentadoria, funcionalismo público, bolsa escola e do pequeno comércio. Além da produção de farinha, existi criação de galinhas, hortas, extrativismo vegetal (tucumã, açaí, bacaba, cascas, óleos) que são comercializados na feira do produtor rural na cidade. Não existi posto de saúde, este serviço é conduzido por uma agente de saúde comunitário que fica responsável de orientar nas condições básicas de higiene e para encaminhar as demandas até a cidade. A comunidade integra a “área F1”, fruto da cartografia estratégica que a igreja católica utiliza para dividir o território de Juruti para facilitar suas ações. Neste sentido São Pedro é considerado como “polo” onde congrega várias comunidades e ajuda a traçar as diretrizes com as lideranças principalmente nas festas religiosas durante todo o ano.

Esse lugar teve sua dinâmica alterada a parti da chegada do estranho, representado pela ALCOA. Neste sentido, tal como Nahum (2012), sustentamos a hipótese que a chegada da ALCOA (*Aluminium Company of America*) em São Pedro constitui um evento na dinâmica territorial do lugar, conforme conceituado por Santos (1999), pois reorganiza a configuração

espacial, a dinâmica social e produzem novos usos do território. Neste período a fração do território onde se instala a empresa é comandada por interesses exógenos; o lugar deixa de ser palco, produto e condicionante de processos endógenos e regionais; o tempo do rio deixa de comandar a vida, transforma-se em verdadeira estrada por onde intenso fluxo de barcos, balsas e navios transportam pessoas, veículos e equipamentos provenientes dos mais diversos lugares do Brasil e de outros países, intensificados no início do século XXI. Os projetos implementados na comunidade de São Pedro nascem neste cenário. A situação a que chegaram deve ser entendida considerando que o papel de panaceia para os problemas do meio rural.

177

O DESENVOLVIMENTO EM PROJETOS: A REALIDADE EM DESTAQUE

O projeto Pajiroba- Programa de Desenvolvimento Comunitário Solidário de Juruti foi construído pelo Instituto Cidadania Empresarial (ICE), organização não-governamental com sede no estado de São Paulo, em parceria da Alcoa Foundation e o Instituto Alcoa. Executado no período de 2006 a 2009, posteriormente teve acompanhamento do ICE até 2011. O instituto desenvolveu projetos sociais no município com vistas a diminuir os impactos socioambientais decorrentes da ação mineradora, constituindo como em ator que trabalha com a mitigação de impactos pela ALCOA (ICE, 2010).

O Pajiroba promoveu cultivo consorciado e comunitário de mandioca e milho em áreas de plantio 1,5 hectare, nas proximidades do núcleo de moradia da comunidade, bem como a criação de galinhas. Contou com a participação de dezesseis famílias que iniciaram a experiência no trabalho coletivo, o que se configurou como principal transformação espacial na comunidade, pois a produção deixou de estar sob o domínio de cada família, devendo contar com a organização de todos os participantes.

No que diz respeito a agricultura foi proposto a técnica de plantio bragantino para superar a pratica do corte e queima, tradicionalmente utilizada na produção local. O projeto incentivava o sistema agrícola bragantino, que se volta para a diversificação agrícola, afim de que a própria atividade possa lidar ou minimizar as deficiências apresentadas pela agricultura nos solos regionais, questões como o desgaste precoce, deficiência de fertilidade, entre outros.

O sistema bragantino é uma técnica agrícola que alia a produção de duas ou mais culturas em uma determinada área, ao mesmo tempo, tendo como ponto de partida a correção da fertilidade do solo. Foi desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na região bragantina, nordeste do Pará, para diminuir a devastação da floresta amazônica (ICE, 2010, p.13)

Estas proposições foram acompanhadas de orientação para o planejamento, gestão e comercialização de produtos, preparando o grupo de participantes para a atuação direta no mercado local, de forma controlada, como uma “empresa” rural. Aqui temos a concepção de agricultor familiar como um empreendedor. Tendo esse horizonte o Projeto Pajiroba foi monitorado diretamente pelo Instituto no período de 2006 a 2011. Após o término do acompanhamento direto do ICE, as famílias começaram a abandonar a iniciativa e no ano de 2011 apenas uma pessoa continuou a trabalhar na área.

Alguns fatores explicam tal situação. Um dos obstáculos ressaltados pelos agricultores foi a organização do grupo na divisão do trabalho, que após o acompanhamento direto do ICE começaram a surgir desavenças, pois alguns se envolviam de forma mais direta do que outros, mas quando chegava ao final, para distribuição da renda, era exigida a distribuição igualitária.

Um outro ponto destacado foi a baixa renda gerada dentro do Pajiroba. Antes, apesar de não terem expressiva renda gerada, o sustento era garantido pela produção individual da família. Prática que foi secundarizada em função dos objetivos das novas iniciativas, que veem a solução dos problemas sociais locais na geração de renda. Mas os dados no quesito renda mostram que 89% das famílias tiveram renda inferior a R\$250,00 para sustento de grupos que variam entre quatro e oito pessoas (ICE, 2010). Assim, a renda conseguida foi suficiente para fornecer o necessário para as famílias apenas com a renda do projeto.

A dificuldade de acompanhamento e gestão local do projeto, principalmente sobre a divisão da renda gerada e o reinvestimento necessário para a continuidade da atividade também contribuiu para o malogro do projeto. Segundo o entendimento das famílias envolvidas, a renda deveria ser suficiente para garantir o sustento dos integrantes, quando o retorno apareceu em baixos valores, surgiram desconfianças sobre a gestão do mesmo, bem como a insatisfação sobre a divisão da renda com os que não participaram de forma expressiva do processo produtivo.

Durante o acompanhamento do projeto pelo ICE houve a mediação dos profissionais da empresa, depois os desentendimentos eram frequentes e desestruturaram a organização das famílias dentro do projeto. A ausência de cultura empresarial, bem como as instáveis relações de convivência e trabalho comunitário tornaram-se limitadores de iniciativas exclusivamente locais.

O segundo projeto experimentado na comunidade São Pedro é remanescente do Projeto Pajiroba. Oito famílias que participaram daquela experiência investiram na criação de galinhas, sintetizando suas intenções no *Projeto de geração de renda para a produção familiar rural através da criação de galinha poedeira caipira da Comunidade São Pedro*. Em 2007 elas constroem a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade São Pedro com o objetivo de facilitar o acesso à financiamentos e projetos de desenvolvimento local. Vemos que a associação de produtores surge como uma alternativa para a busca de apoio técnico e financeiro para as atividades na comunidade.

O projeto voltado para criação de galinhas poedeiras foi elaborado no ano de 2009 e submetido à avaliação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), pleiteando apoio financeiro junto ao Fundo Juruti Sustentável (FUNJUS). Este fundo integra o FUNBIO e tem por objetivo “financiar projetos que promovam a melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida da população de Juruti, município no Oeste do Pará, onde a Alcoa possui uma unidade de mineração de bauxita” (ALCOA, 2012, s/n). Os recursos são oriundos do capital vindo da ALCOA, mas a gestão do fundo pertence ao FUNBIO.

O FUNBIO, diferentemente do financiamento de bancos, não se volta para a cobrança financeira da dívida em período futuro, exige o acompanhamento do projeto para garantir sua efetivação. Isso afastou dos participantes do projeto o medo de endividamento, pois o recurso era de fundo perdido. Na comunidade São Pedro o recurso conseguido permitiu a construção de espaço de criação de galinha com capacidade para 250 aves poedeiras, prontas para comercialização a partir do quinto mês de cria. Tal espaço, localizou-se praticamente ao lado do galinheiro construído pelo Pajiroba. O projeto teve início no ano de 2010, mas em 2011 verificamos apenas 2 famílias ainda trabalhando na iniciativa, que foi abandonada pelas demais.

O terceiro projeto desenvolvido na comunidade São Pedro teve início em dezembro de 2010, sendo uma iniciativa da EMATER para a recuperação do assentamento SOCÓ I. De forma geral, criaram-se algumas Unidades Demonstrativas (UDs) no município de Juruti com o objetivo de serem áreas exemplares de produção. Esse projeto foi apresentado como uma estratégia de recuperação dos assentamentos no município. As UDs são desenvolvidas por meio de investimentos e acompanhamento direto de técnicos da EMATER, atendendo aos modos produtivos dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) que propõem a realização da atividade agrícola com o plantio consorciado de produtos a serem direcionados para o mercado.

Na comunidade São Pedro a UD implantada desenvolve atividade de plantio consorciado de curauá, banana e cumaru. O primeiro produto é um vegetal que se adapta bem em clima quente e úmido (EMBRAPA, 2012). O uso da fibra do curauá tem sido cada vez mais frequente principalmente por indústrias automobilísticas para substituição do uso da fibra de vidro (EMBRAPA, 2012). Mas novas pesquisas realizadas pela Universidade Federal do Pará apontam para a possibilidade de uso da fibra na fabricação de papel, bem como em benefício da saúde como analgésico e anestésico. De acordo com essas pesquisas também é de grande valia para o solo, pois as folhas do vegetal, após processamento, passam servir de como adubo orgânico (RAMALHO, 2012). O cumaru é uma erva aromática que possui fins farmacológicos também, sendo utilizada como anestésico e como óleo de massagem, tem seu preço em torno de R\$20,00 o quilo da amêndoa.

Os resultados esperados não foram alcançados até o ano de 2013. Segundo nos explicou o gestor local da EMATER, alguns problemas podem ser apontados como importantes para analisar a situação da UD em São Pedro. A comunidade não apresentou o suporte de material apropriado para executar algumas atividades essenciais como adubação e limpeza do solo. Por isso desde o início foram realizados acordos com o poder público local, assim a manutenção do projeto e o maquinário para a atividade deveria ser garantido pela prefeitura local, que não o fez.

A realização do projeto foi partir de acordo entre EMATER e prefeitura, a primeira entraria com o recurso para implantação e acompanhamento técnico e a segunda com os insumos de manutenção. O coordenador da EMATER no local, nos relatou que essa etapa não foi realizada, então após a implantação da Unidade Demonstrativa em São Pedro, não foram garantidas as condições para a continuidade.

Um dos produtores nos explicou que quando os problemas com a produção começaram a aparecer, tais como a perda do plantio de banana e as dificuldades em garantir a limpeza do local, os agricultores abandonaram a iniciativa. Em 2013 apenas um produtor permanece cuidando do que existe do plantio, tendo a esperança de melhorar a situação e os demais voltarem a trabalhar em conjunto. A EMATER não se faz tão presente mais na comunidade pela falta de articulação entre os chamados parceiros, mas espera que a situação se modifique e não se perca mais um dos projetos levados a São Pedro.

O exposto até aqui leva-nos a refletir acerca do caminho percorrido pelas ações pensadas por interesses exógenos no interior da Amazônia. Os projetos implementados

estavam em desacordo com o modo de vida do lugar. O Pajiroba atuou não apenas em um nível financeiro, mas incentivou a reestruturação das práticas e organizações produtivas da comunidade. Os demais apresentaram-se como ações voltadas para as atividades rurais, por meio de oferta de crédito para execução de projeto, o que esbarrou sobre as mesmas dificuldades já vivenciadas desde o primeiro projeto.

As relações sociais no local reforçam a vivência enquanto comunidade e criam as condições necessárias, a partir da solidariedade, para que as famílias superem as dificuldades encontradas para sua reprodução social (SABOURIN, 2009). As relações de comunidade justificam muitas das atividades conjuntas realizadas no local, com vistas cooperação e fortalecimento do grupo que vive uma condição semelhante de falta de acesso a recursos financeiros e técnicos voltados para as atividades no meio rural, falta de apoio para a comercialização da produção, bem como a precariedade de alguns serviços sociais como educação e saúde.

Essa cooperação espontânea integrava a cultura local, mostrava-se na realização de mutirões para realizar roças familiares individuais ou familiares. O que vemos com a realização do Projeto Pajiroba, foi a primeira grande mudança, a área de trabalho proposta era coletiva. Sobre esta forma de organização social Maneschy (2008) explica que ela surge voltada para a cooperação, normalmente reconhecida como associação na tentativa de minimizar a exclusão social vivenciada por parte da população rural brasileira. Aguiar (2007) acrescenta que as práticas conjuntas são possíveis pela existência de confiança e solidariedade. Compreendemos que a necessidade de organização da comunidade São Pedro em prol do acesso aos projetos que vinham sendo propostos para o município de Juruti, justificou a criação da associação de produtores na comunidade.

Os discursos se seguem na afirmação de que uma associação deverá nascer da necessidade de resolver problemas que, isoladamente, não seriam possíveis. Deve surgir da necessidade e consciência do grupo interessado e este é que deve decidir o momento certo de organizar a associação, além, é claro, de possuírem necessidades e interesses comuns (AGUIAR, 2007, p.105).

A reestruturação espacial do município de Juruti a partir da mineração leva a comunidade a se organizar para conseguir os novos investimentos que haviam alcançado. O Projeto Pajiroba se desenvolveu a partir da associação, o projeto de criação de galinhas poedeiras, conquistado pela associação que submeteu a proposta para receber recurso do FUNBIO, só foi possível pela existência dessa forma de organização. Aguiar (2007) explica que existem duas formas de se analisar a constituição de uma associação, uma idealista e

outra econômica. A primeira pauta-se em ideais de união e solidariedade, enquanto a segunda na lógica de organização empresarial. A associação aproxima-se do discurso idealista, uma vez que as relações de solidariedade na comunidade integravam o lugar. Mas seu funcionamento e iniciativas voltam-se para a perspectiva econômica, pois as ações aparecem a partir desta organização são para a conquista de projetos.

No projeto Pajiroba e o de galinhas poedeiras o recurso recebido para a efetivação das ações era depositado na conta da associação, que deveria gerir o recursos. Fez-se necessário conhecimento da racionalidade empresarial, cujo princípio basilar é separar a empresa do indivíduo, acompanhado de controle sobre a quantidade investida, cálculos de custos de produção para se decidir sobre valores para venda de mercadorias como farinha e demais produtos. Esta racionalidade possibilitaria o retorno do dinheiro investido após concluído o circuito da mercadoria, que começa na produção e realiza-se na comercialização, dividindo-se apenas o lucro do novo negócio. Esse funcionamento, com controles de quantidades e reinvestimentos, estava distante do *modus operandis* dos camponeses em São Pedro.

Acrescente-se à ausência da cultura empresarial a mudança na forma de organização socialmente criada na comunidade. A produção agrícola do lugar funda-se a partir de roças individuais, com o uso de técnicas de plantio tradicionalmente pautadas no corte-queima. Os projetos que direcionados para São Pedro não foram de apoio ou melhoria para as atividades nos limites das áreas familiares, mas voltaram-se para a criação de uma área coletiva de plantio. Aqueles que se interessaram em participar das iniciativas tiveram que obrigatoriamente se reorganizar para trabalharem coletivamente de acordo com uma racionalidade exógena a sua.

A organização coletiva que integra e cultura da comunidade alicerça-se em relações de confiança, essenciais para o andamento do grupo. Diferente da proposta de desenvolvimento local, pois neste caso formou-se a associação para atender às condições dos novos projetos, houve necessidade de se criar um presidente e um tesoureiro para a gestão das atividades no local, sem que isso se desse com o amadurecimento da própria associação. A rapidez e obrigatoriedade de funções tendem a não fortalecer a organização social, uma vez que podem abrir condições para desconfianças quanto às decisões e conduta dos gestores, situação citada nas entrevistadas. Referindo-se a este tipo de situação Maneschy (2008), ao analisar a criação de associações rurais no nordeste do estado do Pará, destaca que:

(...) programas de fomento econômico incentivaram associações e, portanto, teoricamente abriram espaço para a participação dos destinatários, isto é, pescadores, agricultores, extrativistas e artesãos, na condução dos programas, desde que constituídos em associações. Todavia, as ações de financiamento, que obedeceram a formatos pré-definidos e aplicados sem que os critérios fossem suficientemente claros para os clientes, não contribuíram para fortalecer as organizações locais. Frequentemente foi o contrário que ocorreu (MANESCHY, 2008, p.95).

A desconfiança nos leva a destacar um segundo ponto em nossa análise, também apontada na citação de Maneschy (2008), que se refere à falta de compreensão sobre o funcionamento dos projetos. Essa dificuldade aparece quando constatamos a baixa formação escolar formal dos integrantes dos projetos. Isso provavelmente dificulta o acompanhamento e participação em várias das etapas de prestação de contas e condições de funcionamento dos projetos. Produtores relataram-nos que por não entenderem porque a produção tinha que ser concentrada para ser vendida pela associação e não cada um vender o que produziu dentro da área coletiva.

Na economia individual ou familiar as técnicas são simples e a produção é toda vendida e os recursos são utilizados individualmente, sem separar um montante para capital fixo. Quando se trata da dinâmica proposta pelo Pajiroba ou da criação de aves tem-se a necessidade de separar uma parte de recursos para a compra de aves ou de insumos para produção agrícola, como adubos ou aluguel de máquina para a realização da limpeza da área, uma vez que não se utiliza de corte e queima. A dinâmica diferenciada da prática familiar tradicional e a falta de formação para acompanhamento do novo processo são pontos que enfraqueceram a continuidade dos projetos na comunidade. Esta situação nos mostra que a mudança de uma organização espacial não é suficiente para mudar um modo de vida em sua totalidade.

Não poderíamos dizer que esta falta de informação é característica dos projetos desenvolvidos, uma vez que o Pajiroba proporcionou palestras e minicursos com vistas a preparação empresarial. Longe disso, decorre da precariedade estrutural da educação no/do campo. As novas gerações, as crianças e os jovens da comunidade, hoje podem ter acesso à educação básica pela existência de uma escola com ensino até a quinta série na comunidade, mas a população mais antiga não contou com essa condição. Tornando-se a situação mais complexa do que simplesmente se ofertar um curso pontual sobre empreendedorismo, não queremos dizer com isso que não são necessários ou que não surgem efeitos, mas encontram

uma população que traz graves problemas dados pelos anos de esquecimento ou precarização do meio rural.

O terceiro ponto é a dificuldade de inserção dos mais jovens nos projetos. O ritmo de trabalho no campo, sobretudo coletivo coletiva tem frações de tempo/tarefa bem definidos para limpeza, plantio e colheita. Tempo e atividades subordinadas ao ciclo natural de cada espécie animal e vegetal. Mas a reprodução social das famílias não pode subordinar-se a esse tempo. Essa espera em oposição à necessidade de garantir sustento das famílias, desestimula a participação e maior dedicação aos projetos coletivos, pois nas roças individuais o trabalho mais ou menos intenso é controlado pela necessidade da família, na área coletiva o acordo é conjunto.

De acordo com o levantamento que fizemos em campo os quatro agricultores que permaneceram no Projeto Pajiroba por mais tempo, contavam com outra fonte de renda como aposentadoria ou parente que trabalhava em serviço público, como servente ou professores na escola da comunidade. Um entrevistado explicou que a demora em se ter o resultado financeiro do trabalho coletivo desestimula muitos a participarem. Por isso os principais participantes dos projetos são os mais velhos, pois contavam com aposentadoria ou própria, ou de esposo ou esposa. Essa situação não se apresenta de forma atrativa para a população mais jovem. Para Hespanhol (2008, p.87):

A população jovem prefere buscar alternativas de emprego e renda no meio urbano a permanecer na zona rural, dado o relativo isolamento de algumas áreas, a dificuldade de acesso a serviços básicos, a desvalorização social dos agricultores e a falta de alternativas de renda satisfatória a partir da exploração agrícola em pequenas propriedades rurais com baixo padrão tecnológico.

A busca por oportunidades de trabalho fora do meio rural aflige a comunidade. Os jovens almejam empregos com carteira assinada nas empresas que chegaram em Juruti a partir da mineração, geralmente prestadoras de serviço para a ALCOA. Um dos entrevistados de São Pedro ressaltou que os jovens não tinham facilidade de contratação para trabalharem para a mineradora. Em decorrência das discussões sobre os impactos socioambientais, firmou-se um acordo para a contratação de trabalhadores, mas no ano de 2011 eram quinze jovens empregados nas empresas ligadas à ALCOA, a maior parte deles que estiveram em trabalhos de recuperação ambiental na própria comunidade.

As dificuldades enfrentadas no meio rural e o desejo de adentrar na sociedade de consumo dirigida desvaloriza o trabalho no meio rural, impulsionando migrações. Isso a sociedade local a pressionar a ALCOA no sentido de minimização dos impactos dos projetos.

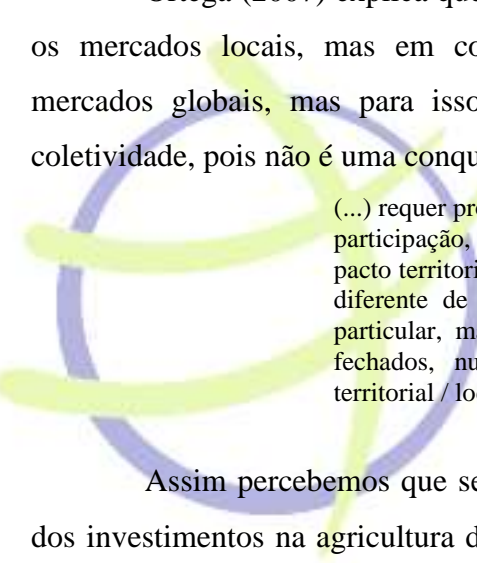
Em São Pedro as ações se voltaram para as atividades de agricultura e criação de galinhas. Mas os projetos de minimização de impactos são propostas privadas, assim, ao término das obrigações legais cabe à comunidade dar continuidade às iniciativas. Retornam as dificuldades pela falta de condição oferecida pelo setor público para o verdadeiro desenvolvimento destes espaços.

Os projetos almejavam a melhoria da situação do plantio, da atividade setorial em si, mas esbarram na situação social local. Os agricultores da comunidade São Pedro aprenderam o ofício da agricultura a partir da tradição familiar, com as técnicas historicamente repassadas de geração a geração. A transformação de uma cultura demanda tempo e continuidade de ação. Não se pode pensar em uma transformação de um grupo social historicamente enraizado, construído no decorrer de várias décadas, com ações de dois a três anos. Pensar que inserir o agricultor no mercado resolve seus problemas é minimizar os problemas enfrentados pelo campo na Amazônia, que são desde dificuldades de acesso a serviços básicos como educação, saneamento e saúde até a ausência de acompanhamento técnico que melhore as atividades realizadas neste espaço. Neste sentido, concordamos com Hespanhol(2008), quando assevera que

a agricultura praticada pelos pequenos produtores rurais precisa ser pensada para além do mercado. A simples oferta de crédito às baixas taxas de juros não é suficiente, pois se fazem necessárias a disponibilização de serviços de assistência técnica e extensão rural públicos de qualidade e a criação de canais preferenciais para a comercialização de produtos gerados por tais produtores. (HESPANHOL, 2008, p.86)

Assim, os programas propostos na mitigação de impactos da mineração apresentam-se como ganhos, benefícios para a população local, sem, muitas vezes, apresentar a verdadeira profundidade das ações. Talvez por isso haja pouco interesse em se acompanhar os resultados a longo prazo dos projetos, uma vez que em pouco tempo se alcança a aceitação do projeto maior que é a mineração.

A coletividade e a participação são pontos fundamentais para dar força às comunidades, mas isso precisa ser traduzido ou tornado realidades profundas, não apenas em formação de um grupo que se entende enquanto coletividade, nem mesmo a simples presença dos atores sociais em reuniões ou mobilizações achando com isso que estes já participam das decisões, este tipo de prática pode ser chamado apenas de participacionismo (STEINBRENNER, HURTIENNE E POKORNY, 2007). Os autores destacam que “enquanto

fator transformador da realidade social, a participação em processos de tomada de decisão que envolvem a geração de bem comum implica conscientização e aprendizagem (p.295)”.


Isso por que muitos são os discursos sobre a participação local nas estratégias de desenvolvimento, e quando apontamos os problemas vividos pela associação de produtores da comunidade São Pedro, não queremos tirar da organização social a importância de sua existência, mas conforme destacam STEINBRENNER, HURTIENNE E POKORNY, 2007, é essencial que haja conscientização e aprendizagem.

Ortega (2007) explica que o processo de globalização destrói grande parte das vezes os mercados locais, mas em contraponto abre possibilidades para inserção destes em mercados globais, mas para isso exige qualificação, organização logística, tecnologia e coletividade, pois não é uma conquista individual.

(...) requer projetos coletivos, construídos com base no sentimento de pertencimento, participação, superação dos entraves políticos que dificultam a construção de um pacto territorial, ou seja, requer uma concertação que vise à busca de uma somatória diferente de zero. O que não significa dizer que todos ganham o mesmo em particular, mas que todos ganham. Nem mesmo que os conflitos mantenham-se fechados, numa ação estratégica concertada com vistas ao desenvolvimento territorial / local. (ORTEGA, 2007, p. 283)

Assim percebemos que se faz necessária uma estrutura mínima que vai muito além dos investimentos na agricultura de forma isolada, uma vez que é fundamental lidar com os limites que nosso meio rural tem apresentado que inicia em seus graves problemas sociais gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o espaço complexo de Juruti, a entrada da ALCOA no município traz uma série de transformações ao local, que não se restringem à sede municipal ou à área da mina de extração de bauxita. É a verdadeira expressão da globalização que incide sobre o local e transforma-o para atender às suas necessidades. Mas é a existência de uma relação social organizada no local que pode moldar algumas das ações a seu favor.

Estas possibilidades não surgiram do nada, elas apareceram a partir das perdas e impactos vividos pela comunidade São Pedro, como o assoreamento do igarapé principal da comunidade após a construção da ferrovia, a perda de parte das áreas do núcleo da mesma para a construção da ferrovia da ALCOA. O aumento do fluxo da estrada que corta a comunidade por causa do acesso à mina. Enfim, muitas foram as perdas, mas foi acompanhando estas perdas que apareceram os projetos de incentivo agrícola, e alguns

benefícios para a comunidade como um todo como a ampliação do fornecimento de energia elétrica na comunidade, a reforma da escola de educação básica, a construção da praça e a melhoria da rodovia que liga São Pedro à sede municipal.

Os projetos ensaiados na comunidade São Pedro apresentam-se como um estímulo ao trabalho comunitário, mas, como pudemos ver, um após o outro esbarram nos mesmos problemas. Que são questões mais profundas do que a simples atividade agrícola, tenta-se transformar uma sociedade, um espaço a partir de ações setoriais. Não destacamos os projetos desenvolvidos em São Pedro pelo simples fato de criticá-los, ou dizer que estão certos ou errados, todos trazem contribuições importantes. Os discutimos aqui para refletir sobre o discurso do desenvolvimento contido neles, discurso este que desperta na sociedade a esperança, mas não promovem a mudança esperada, ou muitas vezes frustram as expectativas dos que muito esperavam ao serem iniciados.

Vemos então que iniciam e terminam projetos, mas permanecem com os mesmos problemas, do desamparo, as dificuldades no campo de melhoria de sua condição, de oportunidades de crescimento com respeito de seus modos de vida. Talvez seja hora de se pensar no rural a partir de um espaço complexo, que historicamente foi relegado a uma condição inferior aos demais espaços. Não sendo por isso de uma hora para outra que se alcançará o almejado desenvolvimento, mas sim um processo para se alcançar a melhoria da qualidade de vida local, entendidos a partir do local.

Talvez com o passar dos anos, as práticas agrícolas se modifiquem, em nosso trabalho de campo nos interessamos em perguntar se as técnicas agrícolas aprendidas nos cursos do Pajiroba são utilizadas nas roças individuais, por aqueles que participaram do projeto, apenas uma família alegou utilizar por justificar ter aprendido que permite o maior aproveitamento do terreno e o aumento da produtividade. Quando questionamos sobre as razões para a não utilização de tais técnicas pelos demais agricultores a resposta se direcionou para o fato de dar mais trabalho do que a técnica tradicional e exigir um cuidado maior com o plantio.

Conforme já expusemos, as transformações sociais demandam tempo para se efetivarem, não podemos dizer que São Pedro nada mudou já que os projetos foram abandonados pela maior parte dos camponeses locais, mas também não podemos afirmar que caminhou para o desenvolvimento, pois as estratégias criadas se restringiram apenas ao setor produtivo, esbarrando em condições políticas e dificuldades sociais locais.

Ao fazermos estas análises percebemos que é necessário observar os resultados das ações e projetos já desenvolvidos para que não se fique caminhando em círculo, que é o que temos visto em São Pedro. Estratégias que não chegaram a alcançar adesão e impulsionar transformações profundas voltam a ser iniciadas sobre o nome de novos projetos, por isso é necessário se pensar na situação geral do meio rural de muitas comunidades na Amazônia, para dotá-las de condições reais de participação e inserção nos novos processos que vem sendo desenvolvidos na região, sem o controle ou vontade das mesmas.

Finalizamos este artigo com uma importante colocação de Santos (2004, p.146) ao explicar que “a cada novo acontecer as coisas preexistentes mudam seu conteúdo e também mudam sua significação”. Esta afirmação nos leva a compreender que a comunidade São Pedro, após os projetos que apresentamos, não permanece a mesma de antes destes, de antes da mineração. Ela trilha por novos caminhos, seja pela aprendizagem dos camponeses que aprenderam novas técnicas de trabalho, seja pelo amadurecimento da associação local com o passar do tempo, seja pela vontade de se alcançar novos apoios às suas atividades. Assim, esperamos que as futuras ações tragam consigo o avanço das experiências já vividas e não fiquem a caminhar em círculos e limitando-se às mesmas questões. Que as novas ações venham imbuídas de uma compreensão do rural em complexidade, para agirem no espaço de forma geral e não apenas na economia local.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Audrey Merlin Leonardi de. **O desafio do associativismo na agricultura familiar: o caso dos produtores rurais feirantes do município de Pato Branco – PR.** 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Aplicada). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.
- ALCOA. **Mina de Juruti: desenvolvimento sustentável na Amazônia.** Disponível em: http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/environment_juruti_fundo.asp . Acessado em: 17 out. 2012.
- EMBRAPA. **Pesquisas com curauá dão suporte à indústria (14/12/2007).** Disponível em: <http://www.cpatu.embrapa.br/noticias/2007/novembro/4a-semana/pesquisas-com-curaua-dao-suporte-a-industria> . Acessado em: dez. 2014.
- GOMEZ, Jorge R. Montenegro. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural.** Tese (doutorado em geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- HESPANHOL, Antônio Nivaldo. **Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.** In: ALVES, A.F, CORRIJO, B.R, CANDIOTTO, Z.P. (Orgs) **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ICE. **Pajiroba um projeto de muitas mãos**: experiências de desenvolvimento comunitário no interior do Pará. São Paulo, 2010.

MANESCHY, Maria Cristina, MAIA, Maria Lúcia Sá, CONÇEICÃO, Maria de Fátima Carneiro. Associações rurais e associativismo no nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. In: **Novos cadernos NAEA**. v.11, nº1, p.85-100. Jun. 2008.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. 15(41), 2001.

NAHUM, João Santos. Mineração e campesinato no município de Juruti/PA, Brasil. In: **Mercator**. Fortaleza, vol. 11, nº 26. P.95-108. St/dez.2012. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/757> .Acessado jan/2015.

ORTEGA, Antônio Cesar. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADS. In: **RER**. Rio de Janeiro, vol.45, n.02, p.275-300. Abr./jan. 2007.

RAMALHO, Elcio. A folha amazônica que virou arte. In: Revista eletrônica *O Brasil Nativo*. 09/08/2005. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/actubr/articles/068/article_124.asp>> Acessado em: dez. 2014.

SABOURIN, Eric. **Camponeses no Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garramond, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. 4ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

STEINBRENNER, Rosane; HURTIENNE, Thomas; POKORNY, Benno. Participação e comunicação: Dilemas e desafios ao desenvolvimento. In: CASTRO, Edna at al (org). **Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

Artigo Recebido em: outubro de 2014.
Artigo Aprovado em: dezembro de 2014.